

SOCIAL



Nesta seção, analisamos os últimos dados disponíveis referentes ao mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), que mostram que a política econômica do governo Temer e a Reforma Trabalhista também realizada pelo governo golpista não estão sendo capazes de estimular o mercado de trabalho brasileiro, reduzir as desigualdades regionais ou ampliar direitos para a maioria que vive do trabalho no país. Pelo contrário.

PNAD Contínua

Os últimos dados da PnadC do IBGE, referentes ao trimestre de fevereiro a abril de 2018, mostram uma taxa de desocupação de 12,9% naquele trimestre móvel, 0,7 ponto percentual (p.p.) maior que no trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018 (12,2%), mas 0,7 p.p. menor do que de fevereiro a abril de 2017 (13,6%). Nos próximos dias, o IBGE deve publicar os resultados do trimestre de março a maio de 2018.

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a queda do desemprego ocorre com a diminuição da população desocupada (seiscentas mil pessoas) e aumento da ocupada (um milhão e meio de pessoas), em especial com a queda do emprego com carteira assinada (seiscentas mil pessoas) e aumento do emprego sem carteira assinada (seiscentas mil pessoas). Em relação ao ano anterior, também houve aumento dos trabalhadores chamados “por conta própria” (750 mil pessoas), uma expressão da ampliação da precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Quanto à questão regional, os dados mostram que em maio a Região Sul teve perda de postos formais, enquanto em 2018, até agora, o Nordeste perdeu postos formais e as outras regiões ganharam. No acumulado de doze meses, todas as regiões têm saldo positivo. Em valor absoluto, os maiores valores em maio de 2018 foram gerados por Minas Gerais, São Paulo e Bahia, ao passo que Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro foram as unidades da Federação que mais perderam postos.

Os dados mostram a incapacidade da política econômica do governo atual de criar empregos de qualidade para a população brasileira. A “solução mágica” da Reforma Trabalhista não tem surtido efeito, como mostram os dados, pois mesmo com a perda de direitos dos trabalhadores isso não tem levado à geração de mais empregos. O que leva à criação de mais empregos é crescimento econômico, o que este governo não tem conseguido entregar.

Caged

Os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de maio de 2018, mostram uma desaceleração da criação de empregos formais na economia brasileira. No ano, os dados mostram que o Brasil já acumula a criação de quase 350 mil empregos formais (saldo), sendo que quase um terço desses empregos foi gerado em abril, quando houve a criação de 115 mil postos de trabalho formais (saldo). Mas, em maio de 2018, a geração de empregos formais desacelerou, alcançando a marca de 33 mil empregos formais gerados neste mês, abaixo dos 34 mil empregos formais gerados em maio de 2017 (sem ajuste). Essa desaceleração está relacionada à crise dos combustíveis, mas também à incapacidade da política econômica de promover um crescimento sustentado e com empregos de qualidade, fato agravado pela Reforma Trabalhista.

Além disso, os salários dos trabalhadores desligados têm superado os salários dos trabalhadores contratados, o que afeta o poder de compra.

Impactos da Reforma Trabalhista

A Reforma Trabalhista completou seis meses de vigência, mas seus primeiros efeitos são de difícil mensuração, em especial pela cautela das empresas em aplicá-la e pelos problemas estatísticos gerados, especialmente com a formalização de contratos anteriormente considerados fraudulentos e pelos problemas com a mensuração da desocupação. Pois, por exemplo, um intermitente, em tese, possui vínculo ativo de emprego¹ mesmo se não for convocado a realizar serviços por mais de um ano.

O que os dados mostram efetivamente:

1. O saldo de empregos formais não aponta para recuperação dos níveis de ocupação nos níveis pré-crise: o Brasil está longe dos níveis de emprego de 2014 e os brasileiros notam isso no seu dia a dia.

2. A Reforma criou um novo tipo de desligamento, a demissão por “comum acordo”, que retira parte dos direitos do trabalhador quanto à movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acesso ao seguro-desemprego etc. De janeiro a abril já foram realizados 52.898 desligamentos nesta modalidade, afetando principalmente o setor de serviços (em especial vendedores de comércio varejista e faxineiros). Quase 80% dos desligamentos por comum acordo ocorreram para trabalhadores com nível de escolaridade até o Ensino Médio. Já em maio de 2018 ocorreram quase quinze mil desligamentos nessa modalidade.

3. Desde a promulgação da Reforma Trabalhista, foram contratados quase dezessete mil trabalhadores como intermitentes, em especial no comércio, nos serviços e na construção civil. Só em maio de 2018 foram mais de três mil, sendo um terço no estado de São Paulo. Mais de 90% dos trabalhadores contratados por essa modalidade têm até o Ensino Médio.

Assim, percebe-se que a Reforma não conseguiu gerar empregos e devolver o Brasil ao patamar pré-crise, como era propagandeado, e que a Reforma tem afetado mais os setores marcados por baixos salários e alta rotatividade, além de retirar direitos dos trabalhadores.

Com o reflexo da crise dos combustíveis e da Copa do Mundo, que reduzem a atividade econômica no país, o panorama atual não é animador para a atividade econômica e geração de emprego, que dirá para a geração de empregos de qualidade.

1. Como discutido no texto de Barbara Vallejos, Euzébio Jorge Silveira de Souza e Ana Luíza Matos de Oliveira “Seis meses de Reforma Trabalhista: um balanço” (goo.gl/sD7L5P)